



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO

## **EDITAL**

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 90016/2026 - LEI N. 14.133/2021**

O Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (PJSC), inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n. 14.133/2021, da Lei Complementar n. 123/2006, das Resoluções GP n. 88/2024, 78/2023, GP n. 2/2022 e GP n. 30/2021, da IN DGA n. 1/2021 e, subsidiariamente, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizará licitação, com ampla participação e com cotas reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte, na modalidade pregão eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, mediante as condições estabelecidas neste edital.

O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na **Lei n. 14.133/2021**.

#### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**DATA: 07/07/2026**

**HORÁRIO: 13 HORAS (horário de Brasília/DF)**

**SÍTIO ELETRÔNICO: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**

**CÓDIGO UASG: 925045**

#### **DO OBJETO**

1. Fornecimento contínuo de apoio de mouse, apoio de teclado, apoio de antebraços e de descanso para os pés, com quantitativos estimados, a serem adquiridos conforme demanda do PJSC, observadas as especificações constantes do Termo de Referência anexo.
2. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

#### **DAS DESPESAS E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do Tema n. 14095, da Natureza da Despesa n. 3.3.90.30 para apoio de mouse, apoio de teclado e apoio de antebraços e 4.4.90.52 para descanso para os pés, da Subação n. 14095, da Classificação Funcional Programática n. 02.122.0927.0954, do orçamento do Fundo de Reparelhamento da Justiça para o exercício de 2026.

3.1 O tema, a natureza da despesa, a subação e a classificação funcional programática das despesas decorrentes da presente licitação para o exercício seguinte serão definidos após aprovação da lei orçamentária anual do referido exercício financeiro.

#### **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico disponível, por meio do sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).
5. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
6. Não poderão participar deste pregão:
- I. impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
  - II. suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993;
  - III. impedidos de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002;
  - IV. declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993;
  - V. declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
  - VI. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
  - VII. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
  - VIII. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - IX. entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, conforme vedação estabelecida no inciso VI e no §3º do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016;
  - X. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - XI. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - XII. entidades empresariais que estejam sob falência, em processo de dissolução total ou liquidação;
  - XIII. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si; e
  - XIV. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

#### DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7. A licitante interessada **deverá** cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de cadastro da proposta.

8. A licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico **o valor unitário do item**, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

8.1. No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a licitante deverá apresentar sua proposta com o valor líquido da operação (valor bruto - desconto = valor líquido). O PJSC não estará sujeito à isenção quando:

- I. o/a contribuinte estiver no Simples Nacional;
- II. na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou
- III. da caracterização das demais hipóteses previstas no RICMS/SC.

9. A licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".

10. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e que observa a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob pena de inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em tópico específico deste edital.

11. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

12. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

13. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

14. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

16. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

17. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

#### DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo(a) pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no Portal de Compras do Governo Federal, no sistema compras.gov.br.

19. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

20. Cabe às licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

#### DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

21. A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

22. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

## DA FORMULAÇÃO DE LANCES

23. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

24. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ela própria e registrado no sistema eletrônico, **respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (conforme consta do orçamento estimativo)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

24.1 Observado o disposto acima, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

25. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

26. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

27. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

28. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

29. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

30.1. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre os licitantes empatados, preferencialmente no sistema compras.gov.br.

30.1.1. Na hipótese de a sessão pública de sorteio ser efetuada de forma presencial, deverá ser transmitida em canal oficial do Tribunal de Justiça, e será observada a seguinte sequência de procedimentos:

- I. os nomes das licitantes que se encontram em situação de empate serão consignados em papelotes individuais, devidamente registrados em tipografia legível e de fácil visualização;
- II. antes do sorteio, deverão ser demonstrados a todos os participantes da sessão o conteúdo impresso dos papelotes individuais, de maneira a assegurar a transparência e a equidade do procedimento;
- III. os papelotes individuais serão dobrados de modo a evitar a prévia e indevida identificação dos licitantes;
- IV. os papelotes serão introduzidos em um recipiente adequado para realização do sorteio, e em conformidade com as circunstâncias e as necessidades da sessão, poderá ser utilizada a mão humana ou outros recipientes que viabilizem a mistura dos papelotes individuais;
- V. após a devida mistura dos papelotes individuais, um servidor de apoio técnico procederá ao sorteio, e, imediatamente após a seleção, o resultado do vencedor será divulgado a todos os participantes da sessão;
- VI. os papelotes individuais restantes no recipiente destinado à realização do sorteio serão, em sequência, prontamente retirados, e durante esta etapa, os nomes dos licitantes não sorteados serão apresentados a todos os participantes da sessão, a fim de assegurar a

lisura do sorteio;

VII. a sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial do Tribunal de Justiça.

31. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

32. Durante a fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

33. Se ocorrer a desconexão do(a) pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

34. No caso de a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

## DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

35. A obtenção dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada:

- I. às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação; e/ou
- II. ao item de contratação cujo valor estimado seja igual ou inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

36. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

37. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais licitantes.

## DA NEGOCIAÇÃO

38. O(A) pregoeiro(a) deverá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

39. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

## DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

40. Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o(a) pregoeiro(a) iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da proposta, da marca e modelo informados com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, ocasião na qual solicitará, se necessário, documentos complementares no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

40.1 A partir da solicitação do(a) pregoeiro(a), dentro do prazo fixado, a licitante deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, os respectivos documentos complementares.

40.1.1 A marca e/ou modelo eventualmente cadastrados antes da fase de lances não terão caráter vinculativo, prevalecendo para fins de julgamento e contratação aqueles indicados no anexo de proposta apresentado após a fase de lances, sendo vedada qualquer alteração posterior.

40.2 O prazo de envio da proposta e/ou documentos complementares poderá ser prorrogado nas seguintes situações:

- I. por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a); ou
- II. de ofício, a critério do(a) pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

41. Se a mesma licitante vencer tanto a cota reservada quanto a cota principal, a contratação ocorrerá em um único instrumento e pelo menor preço obtido.

42. No caso de não haver vencedora para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, na ordem de classificação, desde que obtido o melhor preço após negociação e que o valor esteja igual ou inferior ao preço referencial.

42.1. No caso de não haver vencedora para a cota principal, esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota reservada ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que obtido o melhor preço após negociação e que o valor esteja igual ou inferior ao preço referencial.

43. Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo e se houver indícios de que se encontra dentro dos valores praticados no mercado, excepcionalmente o(a) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do pregão para a realização de nova pesquisa de mercado.

44. A nova pesquisa de mercado será submetida ao(à) pregoeiro(a), o(a) qual decidirá fundamentadamente por:

- I. retornar à sessão mantendo-se incólumes os atos praticados, se considerar que a nova pesquisa de preços não destoou dos valores anteriormente informados na pesquisa de preços, mantendo a recusa das propostas; ou
- II. submeter o resultado da pesquisa ao Diretor-Geral Administrativo do PJSC para que este decida sobre a possibilidade de aceitação de proposta(s) com base na nova pesquisa de preços efetuada, se considerar que, de fato, houve elevação superveniente dos preços.

45. Obtida a autorização tratada no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) retornará à sessão pública para efetuar nova negociação com a licitante mais bem classificada.

46. Serão desclassificadas as propostas com valor superior ao estabelecido no orçamento estimativo contido neste edital, ressalvados os casos previstos no item 43.

47. No valor unitário do item cotado serão consideradas somente as duas primeiras casas após a vírgula, sem arredondamento.

48. Quando a licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada **inexequível** a proposta de preços ou menor

lance que:

- I. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
  - II. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
49. Serão desclassificadas, da mesma forma, as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste edital e anexos.
50. O(A) pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de profissional especializado para orientar sua decisão.
51. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
52. O(A) pregoeiro(a) poderá fixar prazo para reenvio do anexo com a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas quando os preços unitários que o compõem necessitem de ajuste aos valores estimados pelo PJSC.
53. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante dos quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

#### DA HABILITAÇÃO

54. Encerrada a fase de aceitabilidade da proposta, no prazo fixado pelo(a) pregoeiro(a), a licitante deverá remeter os documentos de habilitação.
55. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dela no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- I. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
  - II. Cadastro de Fornecedores do PJSC;
  - III. SICAF;
  - IV. [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;
  - V. [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;
  - VI. [Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa](#), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; e
  - VII. [Lista de Inidôneos](#), mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- 55.1 A consulta aos cadastros acima referidos será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992.
56. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (cadastramento nos níveis II e III) e, subsidiariamente, do cadastro do PJSC, bem como da documentação complementar especificada neste edital.
- 56.1 Caso o ato constitutivo possua alterações, o endereço analisado, para fins de cumprimento da Lei Estadual n. 17.983/2020, será aquele que constar da última alteração.

56.2 No caso de consórcio, se admitido, será analisada a habilitação individual de cada um dos consorciados.

57. Não é condição obrigatória para habilitação estar cadastrado no PJSC.

58. Considera-se documentação complementar que deve ser apresentada pelas licitantes para fins de habilitação quando não constante do SICAF e do cadastro do PJSC:

- I. prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- II. prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- III. prova de regularidade com o FGTS;
- IV. prova de regularidade com a Justiça do Trabalho.

58.1 Considerando a exigência de amostra na fase de classificação das propostas, o envio da documentação relativa à regularidade fiscal será obrigatório apenas após verificada a aceitabilidade da proposta.

58.2 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo(a) pregoeiro(a), a seguinte documentação complementar:

- I. declaração de que não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados e magistradas ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório, assim como com servidores e servidoras ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, podendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- II. declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei n. 13.709/2018, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- III. declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- IV. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- V. em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo utilizar o modelo anexo a este edital.

59. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação com as informações constantes no SICAF ou do cadastro do PJSC deverão encaminhar, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo(a) pregoeiro(a), documentos que supram tais exigências, na forma do art. 70 da Lei n. 14.133/2021.

60. O(A) pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação das licitantes.

60.1 As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa da licitante no chat do sistema compras.gov.br.

61. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados mas que comprovem que na data de abertura da sessão pública de apresentação da proposta a licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, a licitante será convocada a



encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

62. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificá-la inequivocamente.

63. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

64. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

65. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao(à) pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

66. Se a proposta for desclassificada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

67. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada a vencedora.

## DO RECURSO

68. Caberá recurso em face de:

- I. julgamento das propostas;
- II. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III. anulação ou revogação da licitação;

69. Após o julgamento das propostas e o ato de habilitação ou inabilitação o licitante poderá manifestar a intenção de recorrer imediatamente, sob pena de preclusão.

70. O prazo para apresentação das razões recursais das intenções de recurso é 3 (três) dias úteis, e iniciará na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

71. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

72. Após a apresentação das razões recursais ficam as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, e iniciará a partir do término do prazo da recorrente.

73. A apreciação do recurso se dará em fase única.

74. Os recursos que não forem objeto de reconsideração pelo(a) pregoeiro(a), serão encaminhados com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

## DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

75. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.

76. A homologação do resultado deste pregão compete ao Diretor-Geral Administrativo do TJSC.

## DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

77. Depois de homologado o resultado deste pregão, a licitante vencedora será convocada para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

78. Os/As representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do contrato, por meio do Sei!, no sítio do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (<https://sei.tjsc.jus.br/sei>).

79. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência encartado neste edital.

80. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do termo de referência.

81. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

82. Por ocasião da assinatura do instrumento contratual, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

### DAS SANÇÕES

**83. Constitui obrigação das licitantes a leitura integral do edital e a máxima diligência na análise dos requisitos de participação e habilitação e na formulação das propostas.**

84. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com **dolo ou culpa**:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

pena - multa correspondente a 0,1% sobre o valor anual estimado de contratação e/ou impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 15 a 120 dias;

II - ensejar o retardamento da execução do certame:

pena - multa correspondente a 0,1% sobre o valor anual estimado de contratação e/ou impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 15 a 120 dias;

III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

pena - multa correspondente a 0,1% sobre o valor anual estimado de contratação e/ou impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 15 a 120 dias;

IV - não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital ou não retirar/assinar/não dar recebimento ao respectivo instrumento contratual:

pena - a 0,5% sobre o valor anual estimado de contratação e/ou impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina pelo prazo de 15 a 120 dias;

V - comportar-se de modo inidôneo:

pena - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos da Administração Pública Direta e Indireta pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

85. Para os fins deste edital, para aplicação de qualquer das penalidades previstas, considera-se:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a) não entregar documento solicitado por diligência durante o certame; e/ou

b) deixar de corrigir documento entregue em desacordo em sede de diligência durante o certame;

II - retardar a execução do certame:

a) apresentar amostra em desacordo com as especificações do edital; e/ou

b) praticar qualquer ação, ou se omitir, de modo que prejudique o bom andamento do certame;

III - não manter a proposta:

- a) recusar-se a enviar o detalhamento ou correção da proposta quando solicitado por meio de diligência;
- b) pedir a própria desclassificação quando encerrada a etapa competitiva; ou
- c) deixar de apresentar amostra;

IV - comportar-se de maneira inidônea:

- a) praticar ato que vise a frustrar os objetivos do procedimento licitatório;
- b) cometer fraude de qualquer natureza;
- c) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- d) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- e) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- f) realizar atos como os descritos no art. 156, IV, § 5º da Lei n. 14.133/2021;
- g) prestar informações falsas ou apresentar documento com informações inverídicas; ou
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

86. Não será apurada a conduta pertinente à desclassificação ocorrida antes da fase de lances, salvo se houver indícios de má-fé.

87. Quando o licitante cometer mais de uma das condutas passíveis das penalidades previstas nos incisos III a V do *caput* do art. 2º da [Resolução GP n. 88/2024](#) em itens de contratação diversos, será aplicada a pena da conduta mais gravosa, podendo ser majorada até seu patamar máximo, observado o princípio da proporcionalidade.

88. Além das penalidades acima, as licitantes ficarão sujeitas, no que couber, às demais penalidades referidas na [Resolução GP n. 88/2024](#) e no Título IV da Lei n. 14.133/2021.

89. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste edital será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

90. Detectada prática de conduta que, em tese, configure infração administrativa, a Comissão de Contratação sugerirá ao Diretor de Material e Patrimônio que inicie procedimento de apuração em processo apartado, indicando os fatos que ensejam a apuração, o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração e a identificação da licitante.

91. O processo de responsabilização observará as regras previstas na [Resolução GP n. 88/2024](#).

92. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, será emitida notificação de cobrança à licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor aos cofres públicos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, sob pena de cobrança judicial.

## DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

93. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, mediante formulário, a ser enviado exclusivamente por meio do link <https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao>.

94. Ao acessar o link, o interessado deverá filtrar pelo número da licitação e, após, no quadro denominado "*Questionamento(s)/Recurso(s)*", clicar em "clique aqui e acesse o formulário".

95. As impugnações e os esclarecimentos serão conhecidos se dirigidas diretamente à Diretoria de Material e Patrimônio, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 11 e 12 da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019.

96. A Diretoria de Material e Patrimônio, auxiliada do setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação do certame e sobre os esclarecimentos que deverão ser prestados.

97. Caso verificada a necessidade de suspender o certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

98. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao

último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## DA AMOSTRA

99. Aplicando-se os princípios da economicidade e eficiência, a licitante provisoriamente vencedora poderá ser convocada para entregar amostra para teste ou para a realização de teste de conformidade, conforme as regras e o prazo estabelecidos no termo de referência .

100. As licitantes que cotarem produtos padronizados ou com uma das marcas/modelos indicados neste edital como “marcas/modelos de referência” ficarão dispensadas da apresentação da amostra, uma vez que já foram previamente testadas e aprovadas por este PJSC.

101. A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada como verdadeira ou perfeita configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste edital.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

102. Este pregão poderá ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogado caso considerado inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

103. A anulação do pregão induz à do contrato.

104. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

105. É facultado ao(à) pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

106. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

107. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelas licitantes para efeitos de julgamento deste pregão.

108. Poderá ser solicitada tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor(a) juramentado(a), de documentos emitidos em língua estrangeira, que também deverão ser devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

109. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão as últimas.

110. Em caso de divergência entre as disposições dos estudos técnicos preliminares e aquelas contidas no termo de referência, prevalecerão as últimas.

111. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do PJSC.

112. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

113. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no PJSC, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso forense.

114. São partes integrantes deste edital:

- I. formulário-proposta;
- II. orçamento estimativo;
- III. modelo de declarações a serem apresentadas para fins de habilitação;
- IV. minuta de contrato;
- V. anexo I da minuta contratual - termo de referência;
- VI. anexo II da minuta contratual - especificações técnicas do objeto.

115. Este edital será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, para fins de garantir a ampla publicidade, no [Portal da Transparência](https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao) do Poder Judiciário de Santa Catarina (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaLicitacao>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número da licitação — no Diário da Justiça Eletrônico, no portal compras.gov.br e em jornal local de grande circulação.

#### DO FORO

116. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca da Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Florianópolis, 19 de junho de 2026.

#### DIRETOR(A) DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

#### I - FORMULÁRIO-PROPOSTA

Nome ..... da ..... empresa ..... (razão social):.....

Endereço:.....

Cidade:.....UF:.....CEP:.....

CNPJ n.....Telefone/fax:.....

E-mail:.....

**Responsável pela assinatura do contrato:**

Nome:.....E-mail:.....

Cargo/função:.....Telefone/fax:.....

**Dados bancários (com dígito verificador):**

Banco n.:.....Agência n.:.....Conta-corrente n.:.....

A presente proposta tem como objeto a aquisição dos itens abaixo discriminados, em conformidade com as especificações, quantidades e demais condições definidas no edital e seus anexos. A licitante deverá consignar o lance na forma expressa no sistema eletrônico tendo como referência a coluna "**valor unitário**" do **Orçamento Estimativo**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Descanso para pés (ampla participação) <b>Código/referência:</b>	Unidade	600		
2	Descanso para pés (cota reservada para ME/EPPs) <b>Código/referência:</b>	Unidade	200		
3	Apoio de mouse (ampla participação) <b>Código/referência:</b>	Unidade	2.250		
4	Apoio de mouse (cota reservada para ME/EPPs) <b>Código/referência:</b>	Unidade	750		
5	Apoio de teclado (ampla participação) <b>Código/referência:</b>	Unidade	2.250		
6	Apoio de teclado (cota reservada para ME/EPPs) <b>Código/referência:</b>	Unidade	750		
7	Apoio de antebraço (ampla participação) <b>Código/referência:</b>	Unidade	4.500		
8	Apoio de antebraço (cota reservada para ME/EPPs) <b>Código/referência:</b>	Unidade	1.500		

Declaro que cumpro e acato todos os dispositivos estabelecidos no edital e seus anexos.

....., ..... de ..... de 20\_\_.

(nome e assinatura do responsável)

## II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)	INTERVALO MÍNIMO DE LANCES (R\$)

<b>1</b>	Descanso para pés (ampla participação)	600	Unidade	149,05	89.430,00	1,50
<b>2</b>	Descanso para pés (cota reservada para ME/EPPs)	200	Unidade	149,05	29.810,00	1,50
<b>3</b>	Apoio de mouse (ampla participação)	2.250	Unidade	33,00	74.250,00	0,30
<b>4</b>	Apoio de mouse (cota reservada para ME/EPPs)	750	Unidade	33,00	24.750,00	0,30
<b>5</b>	Apoio de teclado (ampla participação)	2.250	Unidade	44,95	101.137,50	0,50
<b>6</b>	Apoio de teclado (cota reservada para ME/EPPs)	750	Unidade	44,95	33.712,50	0,50
<b>7</b>	Apoio de antebraço (ampla participação)	4.500	Unidade	79,69	358.605,00	0,80
<b>8</b>	Apoio de antebraço (cota reservada para ME/EPPs)	1.500	Unidade	79,69	119.535,00	0,80

### III - MODELO DE DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS PARA FINS DE HABILITAÇÃO

#### A - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

(nome da pessoa física/jurídica) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF sob o n. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF n. \_\_\_\_\_, considerando o disposto na Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, **DECLARA**, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):

a) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados e magistradas ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou que tenham ocupado os mencionados cargos/funções, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016;

b) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores e servidoras ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016;

2. está ciente da vedação:

a) da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com magistrado(a) ocupante de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou com servidor(a) ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles(as) forem companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e

b) da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes/as vinculados ao CONTRATANTE.

3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

## **B - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018**

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na LGPD, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, cópia do documento de identificação, entre outros.

5. A LICITANTE/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em 3



(três) dias úteis, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo à CONTRATADA as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo e na Resolução CD/ANPD nº 15, de 24 de abril de 2024.

7. O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança, perante o Poder Judiciário de Santa Catarina, será a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética - ETIR.

### **C - DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

A LICITANTE/CONTRATADA declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

### **D - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

A LICITANTE/CONTRATADA declara que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

### **E - DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP**

A LICITANTE/CONTRATADA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona, Diretor**, em 19/06/2026, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10810612** e o código CRC **5C4FE63D**.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO

## MINUTA DE CONTRATO

**LEI 14.133/2021**

**Processo n.: 0021585-64.2026.8.24.0710**

### **CONTRATO N. 000/20XX**

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, estabelecido na Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral Administrativo, Senhor **ALEXSANDRO POSTALI**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, estabelecida na Avenida Xxxxxx Xxxxxx, XXXX, Xxxxxxx, Xxxxxx/SC, CEP xxxx, inscrita no CNPJ sob o n. 00.000.000/0000-00, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Senhor **XXXXXX XXXXXXXXX**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. 0021585-64.2026.8.24.0710, referente ao Pregão Eletrônico n. 90016/2026, homologado em Xx.X.202x, mediante as cláusulas a seguir.

### **DOS DOCUMENTOS**

**Cláusula primeira.** Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

### **DO OBJETO**

**Cláusula segunda.** Este contrato tem por objeto o fornecimento

contínuo de apoio de mouse, apoio de teclado, apoio de antebraços e de descanso para os pés, com quantitativos estimados, a serem adquiridos conforme demanda do PJSC, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§ 1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à entrega dos produtos, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

§ 3º Os quantitativos dos bens objeto deste contrato são estimados e serão adquiridos conforme a necessidade do CONTRATANTE, sem a obrigatoriedade de aquisição de quantidade mínima durante a vigência contratual, ou seja, a prestação devida à CONTRATADA é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente solicitadas e entregues.

## **DA ENTREGA**

**Cláusula terceira.** A entrega do objeto será de acordo com as condições contidas no Processo n. 0021585-64.2026.8.24.0710 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

Parágrafo único. A CONTRATADA compromete-se a entregar o objeto descrito na cláusula segunda após o recebimento do pedido de entrega emitido pela DSQV/DSO/SEÇÃO DE ERGONOMIA, conforme disposições do termo de referência anexo.

## **DA FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula quarta.** As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no termo de referência anexo.

## **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**Cláusula quinta.** As obrigações e responsabilidades das partes estão previstas no termo de referência anexo.

## **DO CRÉDITO**

**Cláusula sexta.** As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento da unidade orçamentária Tribunal de Justiça do Estado, classificação funcional programática n. 02.122.0927.0954, natureza da despesa 3.3.90.30 para apoio de mouse, apoio de teclado e apoio de antebraços e 4.4.90.52

para descanso para os pés, com recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2026.

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o exercício de 2027 constará da proposta de Lei Orçamentária Anual do Órgão 03000 – Tribunal de Justiça do Estado – do referido exercício financeiro.

## **DO PAGAMENTO**

**Cláusula sétima.** As disposições relativas ao pagamento estão previstas no termo de referência anexo.

## **DO REAJUSTE**

**Cláusula oitava.** Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir de 13/05/2026, data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§1º Na hipótese de índice deflacionário, a Administração providenciará de ofício o reajustamento dos valores registrados em favor do PJSC.

§ 2º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pelas partes antes:

- I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
- II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
- III - do encerramento do contrato.

§ 3º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula nona.** As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às multas prevista no termo de referência anexo.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até

mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com correção monetária pelo índice oficial de inflação do Brasil.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V - não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE; e/ou

VI - descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. É admitida a reabilitação do contratado perante o PJSC, no caso

de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas na [Resolução GP n. 88/2024](#) e no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

## **DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula décima.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## **DOS ENCARGOS**

**Cláusula décima primeira.** As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

## **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula décima segunda.** A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

## **DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

**Cláusula décima terceira.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

## **DOS PRAZOS**

**Cláusula décima quarta.** Este contrato terá os seguintes prazos:

I – de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações; e

II – de execução: 12 (doze) meses, a contar do recebimento da primeira autorização de fornecimento pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

Parágrafo único. Os demais prazos relacionados à prestação dos serviços estão previstos no termo de referência anexo.

## **DA PUBLICAÇÃO**

**Cláusula décima quinta.** O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico, no Portal Nacional de Compras Públicas, nos termos do art. 94, inciso I da Lei n. 14.133/2021, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina ( [www.tjsc.jus.br/contratos](http://www.tjsc.jus.br/contratos) ), cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato.

## **DO FORO**

**Cláusula décima sexta.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**I. UNIDADE REQUISITANTE:** Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida

**II. OBJETO:** Fornecimento contínuo de apoio de mouse, apoio de teclado, apoio de



antebraços e de descanso para os pés, com quantitativos estimados, a serem adquiridos conforme demanda do PJSC, observadas as especificações constantes do Termo de Referência anexo.

#### **A) CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAL:**

- 1) Descanso para os pés: 607426
- 2) Apoio de mouse: 465456
- 3) Apoio de teclado: 609216
- 4) Apoio de antebraço: 447090

#### **B) MARCA DE REFERÊNCIA:**

- 1) Itens 1 e 2: Descanso para os pés:
  - 1.1) Digitador
  - 1.2) Air Micro
- 2) Itens 3 e 4: Apoio de mouse: Digitador
- 3) Itens 5 e 6: Apoio de teclado: Digitador
- 4) Itens 7 e 8: Apoio de antebraço: Digitador

#### **OBSERVAÇÃO:**

- 1 - As marcas de referência mencionadas servem como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, podendo o licitante oferecer produto de marca equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016, Plenário).
- 2 - As marcas de referência e modelos de referência indicadas poderão sofrer alterações ou descontinuidade pelo fabricante durante o período de tramitação do processo licitatório.

#### **B.1) MODELO DA MARCA DE REFERÊNCIA:**

- 1) Descanso para os pés:
  - 1.1) AP 436
  - 1.2) Cód. 1013
- 2) Apoio de mouse: MS 804
- 3) Apoio de teclado: KS 605
- 4) Apoio de antebraço: AA 801

Considerando a necessidade de garantir a adequação ergonômica, a qualidade e a

segurança dos acessórios ergonômicos a serem adquiridos, foi realizada pesquisa de mercado com o objetivo de identificar diferentes marcas que pudessem atender às especificações técnicas neste Termo de Referência. Neste sentido, foi realizada análise técnica de uma amostra de cada item (apoio de mouse e apoio de teclado), porém verificou-se que o item apresentado não atende integralmente aos requisitos ergonômicos exigidos, especialmente com relação à segurança, conforto e conformidade com os critérios previamente estabelecidos.

Registra-se, ainda, que já haviam sido realizados testes anteriores, em 2022, com amostras de outras marcas disponíveis no mercado, cujos resultados também evidenciaram inadequações relevantes. No caso do apoio de mouse, observou-se que a almofada não manteve características adequadas de maciez após período de uso, comprometendo o conforto do usuário.

Dessa forma, a manutenção de uma única marca de referência justifica-se pela necessidade de assegurar o atendimento pleno às especificações técnicas, evitando a aquisição de produtos que possam comprometer a saúde ocupacional dos usuários. Ressalta-se que a indicação de marca de referência não possui caráter restritivo, mas meramente orientativo, sendo admitida a oferta de produtos equivalentes, desde que comprovadamente atendam a todos os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

ITEM	ACESSÓRIO ERGONÔMICO	CÓDIGO COMPRASNET	MARCA(S) REFERÊNCIA	MODELO
1 e 2	Descanso para os pés	607426	Digitador Air Micro	AP 436 Cód. 1013
3 e 4	Apoio de mouse	465456	Digitador	KS 605
5 e 6	Apoio de teclado	609216	Digitador	MS 804
7 e 8	Apoio de antebraço	447090	Digitador	AA 801

Para os itens 7 e 8, o código utilizado corresponde ao item mais semelhante disponível na planilha de materiais do Compras.gov, razão pela qual foi adotado para o cadastramento do objeto.

**B.2) MODELO E MARCA CUJA PARTICIPAÇÃO É VEDADA:** Não se aplica.

### **C) ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

1. Prazo de garantia mínimo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório, contra defeitos e/ou vício do produto ou do serviço.
2. Justificativa: O prazo de garantia é prática de mercado, devendo o PJSC adotá-lo por ser vantajoso ao erário público. Os objetos licitados são bens duráveis que ficam estocados em almoxarifado, até que sejam destinados ao uso. Isto pressupõe que um

objeto pode ficar armazenado por longo período e que, em caso de defeitos ou vícios, as falhas no produto somente serão detectadas quando de seu uso.

3. Prevalecerá a garantia por tempo superior, na hipótese de o fabricante ou a CONTRATADA oferecer prazo superior ao exigido em edital.

4. Modo de prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia:

4.1 Se, durante o prazo de garantia, os produtos ou serviços, apresentarem defeitos e/ou vícios, a CONTRATADA deverá substituí-los ou refazê-los no prazo de até 20 (vinte) dias, a partir da comunicação por escrito;

4.2 Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o vício.

5. Local da realização da manutenção ou assistência técnica: Divisão de Almoxarifado – DMP - TJSC, localizado na Rodovia BR 101 - Km 208, Bairro São Luís (Morro do Avaí), CEP: 88.106-100, telefone: (48) 3287-2052, das 13 às 17 horas, sendo que a entrega deverá ser agendada com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ou pelo endereço de e-mail [recebimento@tjsc.jus.br](mailto:recebimento@tjsc.jus.br).

#### **D) LOCAL DE ENTREGA DO BEM OU LOCAL DE PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO:**

Almoxarifado Central do PJSC, localizado na Rodovia BR 101 - Km 208, Bairro São Luís (Morro do Avaí), CEP: 88106-100, telefone: (48) 3287-2052, das 13 às 17 horas, sendo que a entrega deverá ser agendada com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência pelo endereço de e-mail [recebimento@tjsc.jus.br](mailto:recebimento@tjsc.jus.br).

#### **E) FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE:**

O produto será requisitado conforme demanda, mediante emissão de Nota de Empenho. Por esse motivo é impossível prever quantas unidades serão solicitadas em cada entrega, bem como a frequência com que os pedidos serão encaminhados à empresa durante o prazo de vigência do contrato.

#### **F) ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

1. A partir do recebimento da nota de empenho iniciará, para a CONTRATADA o prazo para a entrega dos produtos, que será de, no máximo, 30 (trinta) dias.

2. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no edital, será recebido da seguinte forma:

2.1 provisoriamente, em até 10 dias da entrega do(s) bem(ns), mediante termo detalhado atestando o cumprimento das exigências de caráter técnico;

2.2 definitivamente, em até 30 dias do recebimento provisório, por servidor da área técnica ou comissão composta de três membros, desde que os pedidos superem, individualmente, o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), após a comprovação da adequação do objeto às especificações do edital.

3. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 20 (vinte) dias, a partir da notificação, para realizar a substituição/regularização necessária, às suas expensas.

4. Caso a CONTRATADA não retire os produtos irregulares nesse prazo, o PJSC dará ao bem a finalidade que lhe convier.

5. O período compreendido entre a entrega do objeto e a ciência da notificação para a troca do produto ou refazimento do serviço não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para substituição/regularização do bem.

6. Caso seja constatado que o objeto substituído/regularizado permanece em desacordo com as especificações do edital, a contagem do prazo para realizar nova substituição/regularização não será interrompida.

### **III. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

O investimento em ergonomia, além de atender à NR 17, vai ao encontro do preceito da Res. CNJ n. 207/2015, contribuindo diretamente para a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, focando na redução de afastamentos, na melhoria da qualidade de vida e no aumento da produtividade.

Nesta direção, a aquisição de acessórios ergonômicos justifica-se pela necessidade de prevenção de lesões osteomusculoesqueléticas.

E, considerando a continuidade dos contratos vigentes para prestação de serviços de análise e adequação ergonômica dos postos de trabalho dos trabalhadores do PJSC, bem como a recente criação de novos cargos de Desembargadores e Juízes de 2º grau e a criação de novas unidades judiciárias, com o consequente aumento do quadro de pessoal, evidencia-se a necessidade de ampliação do quantitativo de acessórios a serem adquiridos, a fim de atender à demanda decorrente da execução desses serviços e viabilizar as adequações ergonômicas necessárias aos postos de trabalho.

Assim, por se tratar de solução mais alinhada ao interesse público, ao propiciar propostas mais vantajosas para a Administração, e considerando o crescente volume das aquisições, a necessidade de prévio planejamento e padronização, bem como o caráter essencial e de necessidade permanente dos bens, mostra-se juridicamente adequada e eficiente, no presente certame, a adoção do regime de fornecimento continuado.

A solução proposta está alinhada com o Planejamento Estratégico 2021/2026 na vertente “promover a saúde, a qualidade de vida, o desenvolvimento humano e a formação profissional para a melhoria contínua” e está em consonância com os objetivos da Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida, uma vez que assegura a continuidade das ações voltadas à prevenção de doenças e à melhoria da qualidade de vida de servidores, magistrados, estagiários e colaboradores deste Poder Judiciário, impactando positivamente para garantir um ambiente de trabalho seguro, saudável e eficiente.

#### **IV. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

O Termo de Consolidação da Pesquisa de Preço, documento 10655492, detalhará a pesquisa de mercado, considerando a amplitude de fontes de pesquisa para determinar o preço de referência do procedimento licitatório e integra o processo desta contratação.

#### **V. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

##### **A) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta. Entretanto, estando impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:

1.1 enviar eletronicamente para o endereço [dmp.registrodepreco@tjsc.jus.br](mailto:dmp.registrodepreco@tjsc.jus.br) o pedido de prorrogação de prazo até a data-limite para o cumprimento da obrigação, endereçando-o à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019.

2 O pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá estar instruído com, no mínimo, as informações abaixo:

2.1 identificação do objeto, número do Pregão, número da Nota de Empenho e do contrato;

2.2 justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação;

2.3 documentação comprobatória; e

2.4 indicação do novo prazo a ser cumprido.

3. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos incisos anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da

Administração o seu deferimento;

3.1 caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

3.2 caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

3.3 serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do cumprimento da obrigação;

3.4 o não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item facultará ao PJSC a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis;

4. Emitir a nota fiscal observando o disposto neste termo de referência;

5. Manter durante o prazo de validade do registro todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

6. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência do contrato;

7. Prestar garantia dos produtos contra defeitos e/ou vícios pelo prazo estabelecido neste termo de referência, a partir do recebimento provisório.

7.1 prevalecerá a garantia por tempo superior, na hipótese de o fabricante ou a CONTRATADA a oferecer;

7.2 se, durante o prazo de garantia, os produtos, apresentarem defeitos e/ou vícios, a CONTRATADA deverá substituí-los no prazo de até 20 (vinte) dias, a partir da comunicação por escrito;

8. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;

9. Retirar no Almoxarifado Central do PJSC, localizado na Rodovia BR 101 - Km 208, Bairro São Luís (Morro do Avaí), CEP: 88106-100, no prazo de 20 (vinte) dias, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do edital.

10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à CONTRATADA;

11. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, inclusive à subcontratada e a seus funcionários, se for o caso, d a [Resolução GP n. 30/2021](#), que implementou o Programa de Integridade das Contratações e instituiu o Código de Conduta das Contratações do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, este consolidado pela [Resolução GP n. 19/2026](#), comprometendo-se todos a observar os princípios e vedações nelas estabelecidos;

12. Apresentar as provas gráficas dos itens "3", "4", "5" e "6" na Seção de Ergonomia/DSO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho, no endereço de e-mail: [dsqv.ergonomia@tjsc.jus.br](mailto:dsqv.ergonomia@tjsc.jus.br);

*Justificativa: Tal exigência tem por finalidade assegurar a conformidade técnica do material a ser produzido. A análise prévia das provas gráficas possibilita a identificação e correção tempestiva de eventuais inconformidades, evitando retrabalho e atrasos na execução contratual, em consonância com os princípios que regem as contratações públicas.*

12.1 as provas gráficas deverão estar identificadas com o nome da empresa, modalidade e número da licitação;

12.2 em 2 (dois) dias úteis a Seção de Ergonomia/DSO cientificará a CONTRATADA sobre a concordância ou não da prova gráfica;

12.3 o prazo para análise da prova gráfica pela Seção de Ergonomia/DSO suspenderá a contagem do prazo estabelecido no item XIV, a;

13. Entrar em contato com a Seção de Ergonomia/DSO, pelo telefone: (48) 3287-7628, das 12h às 18h ou pelo e-mail: [dsqv.ergonomia@tjsc.jus.br](mailto:dsqv.ergonomia@tjsc.jus.br), para obter informações sobre especificações técnicas dos objetos;

## **B) DAS OBRIGAÇÕES DO PJSC**

1. Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;

2. Assegurar à CONTRATADA livre acesso às suas dependências por ocasião da entrega dos produtos, desde que os responsáveis pela entrega sejam devidamente identificados;

3. Empenhar os recursos necessários, garantido o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;

4. Publicar o extrato do contrato, seus aditivos, bem como os apostilamentos, se ocorrerem, no [Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina](https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato) (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato —, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do Tribunal de Justiça, no endereço [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), e no Portal Nacional de Contratações Públicas, quando concluída integração do sistema que viabilize a transferência de dados;

5. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos produtos, além de comunicar eventuais irregularidades observadas na execução do fornecimento, efetuando, inclusive, o aceite das Notas Fiscais/Faturas.

6. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato; e

8. Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato, nos moldes da

Resolução GP n. 78/2023.

9. Prestar aos empregados da CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o fornecimento dos produtos.

10. Notificar expressamente a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento requerendo a adoção das medidas corretivas necessárias.

## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

### **A) FISCALIZAÇÃO**

1. O PJSC exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados, nos termos dos arts. 41 a 44 da [Resolução GP n. 78/2023](#) e do [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#).

2. A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

3. Compete ao Fiscal Técnico:

3.1 zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao PJSC;

3.2 verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

3.3 acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

3.4 indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

4. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Programa de Integridade das Contratações, implementado pela [Resolução GP n. 30/2021](#), este consolidado pela [Resolução GP n. 19/2026](#);

5. A fiscalização do PJSC poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

6. A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

7. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA,



inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

#### 8. Equipe de fiscalização:

<b>GESTOR DO CONTRATO</b>	Diretora da Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida
<b>FISCAL TÉCNICO</b>	Chefe da Seção de Ergonomia
<b>FISCAL ADMINISTRATIVO</b>	Chefe da Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços
<b>INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS</b>	Integrante da Seção de Ergonomia
<b>INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS</b>	Integrante da Divisão de Saúde Ocupacional
<b>INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS</b>	Chefe da Seção de Recebimento de Bens/Divisão de Almoxarifado

### B) PENALIDADES

1. Advertência: será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao contratante ou a terceiros.

#### 2. Multas:

2.1 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), pelo atraso na entrega;

2.2 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), por atraso na substituição ou na regularização daquele(s) entregue(s) em desacordo com as especificações;

2.3 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total unitário do produto, pelo atraso no conserto ou na substituição deste, durante o período de garantia, sem prejuízo da aplicação dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor;

2.4 0,5% (zero vírgula cinco por cento), sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) em desacordo com as especificações do edital. Fica afastada a incidência desta multa na hipótese em que a substituição/regularização ocorrer dentro do prazo inicialmente estipulado para a entrega; e,

2.5 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total dos produtos, pelo descumprimento de quaisquer das disposições do edital e anexos, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

2.6. 0,5% a 5% sobre o valor do contrato em razão da litigância de má-fé.

2.6.1. considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - alterar a verdade dos fatos; ou

III - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório;

2.7 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total dos produtos, pelo atraso na apresentação das provas gráficas para os itens "3", "4", "5" e "6".

## VII. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

**A) MAPA DE RISCOS:** Mapa de Riscos Gerais da contratação foi realizado pelo PJSC e faz parte do processo de contratação (SEI n. 0015011-35.2020.8.24.0710).

## B) MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

(x ) os riscos contratuais foram alocados nas obrigações contratuais, não se vislumbrando necessidade de elaboração de matriz de riscos específica.

## VIII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

a) O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente entregue:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$) *	Valor total estimado (R\$) *
1	Descanso para pés (ampla participação)	600		
2	Descanso para pés (cota reservada para ME/EPPs)	200		
3	Apoio de mouse (ampla participação)	2.250		
4	Apoio de mouse (cota reservada para ME/EPPs)	750		
5	Apoio de teclado (ampla participação)	2.250		
6	Apoio de teclado (cota reservada para ME/EPPs)	750		

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário (R\$) *</b>	<b>Valor total estimado (R\$) *</b>
<b>7</b>	Apoio de antebraço (ampla participação)	4.500		
<b>8</b>	Apoio de antebraço (cota reservada para ME/EPPs)	1.500		

*\*Valores de acordo com a proposta vencedora.*

1. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 121 c/c o art. 92, XVI, da Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

1.1 comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

1.2 comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual, caso o valor do pagamento ultrapasse 50% da quantia estabelecido no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias);

1.3 comprovante da regularidade para com o FGTS, caso o valor do pagamento ultrapasse 25% da quantia estabelecida no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias); e

1.4 comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho, caso o valor do pagamento ultrapasse 25% da quantia estabelecida no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias);

2. Os comprovantes de regularidade:

2.1 somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

2.2 serão substituídos por documento emitido pela Diretoria de Material e Patrimônio caso a CONTRATADA possua cadastro com o PJSC (com as certidões dentro do prazo de validade) ou no SICAF (níveis de cadastramento II e III);

3. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

3.1. Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente; e

3.2 Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

b) Todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do contrato e o número da Nota de Empenho correspondente.

1. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste edital, não será aprovada por este PJSC e será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

2. A devolução da nota fiscal não aprovada por este PJSC em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda quaisquer fornecimentos.

c) A CONTRATADA entregará a nota fiscal à Seção de Recebimento de Materiais da Diretoria de Material e Patrimônio.

d) Este PJSC compromete-se a efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

e) No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como da Nota de Empenho. O PJSC não estará sujeito à isenção quando:

1. o contribuinte estiver no Simples Nacional;
2. na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou
3. da caracterização das demais hipóteses previstas no RICMS/SC.

f) Caso não ocorra o pagamento da nota fiscal até o 15º (décimo quinto) dia útil por culpa exclusiva do PJSC, será efetuada a atualização monetária do 16º (décimo sexto) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), nos termos do art. 92, inc. V, da Lei n. 14.133/2021.

g) Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão estar atrelados a raiz do CNPJ constante da proposta que originou o instrumento contratual.

## **IX. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**A) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:** Das licitantes não será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnica operacional.

**B) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL:** Das licitantes não será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnico profissional.

**C) CONSÓRCIO:** A participação de consórcio fica vedada em virtude de ser objeto comum e passível de ser executado por diversas entidades empresariais individualmente, de modo que a disputa estará preservada.

Vale ressaltar que a doutrina reconhece que a formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, por meio de pactos de eliminação de competição entre os empresários. Diante desses pontos negativos, a participação de

consórcios em procedimentos licitatórios só deve ser autorizada quando puderem ser observadas vantagens para o PJSC, o que não se verifica no caso em apreço.

**D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** Não se aplica.

**E) VISITA TÉCNICA:** Não se aplica.

**F) AMOSTRA/TESTE DE CONFORMIDADE:**

1. Itens para os quais poderá ser solicitado amostra ou itens que serão alvo do teste de conformidade: Apoio de antebraço, Apoio de mouse, Apoio de teclado e Descanso para os pés;

2. Justificativa para exigência de amostra/teste de conformidade: Devido à alta demanda de trabalho a que os servidores deste Poder Judiciário estão sujeitos, é essencial que os equipamentos ergonômicos adquiridos ofereçam uma proteção efetiva à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores. Assim, a inspeção da amostra física torna-se imprescindível para garantir que o produto seja capaz de proporcionar essa proteção de maneira adequada. As amostras serão submetidas a testes para verificar sua usabilidade, conformidade com as especificações de formato e medidas, bem como para avaliar a maciez do material. Além disso, os itens Apoio de Mouse e Apoio de Teclado são personalizados, o que torna necessária a avaliação detalhada para assegurar que os produtos atendam às exigências e garantam a funcionalidade prevista.

Dessa forma, a apresentação da amostra deverá ser solicitada na fase de classificação da proposta, a fim de assegurar a conformidade com as especificações técnicas, a qualidade dos itens adquiridos e evitar prejuízos a pretensa contratada em entregar o quantitativo total de itens em desconformidade com as exigências definidas no termo de referência e edital.

3. Forma de apresentação da amostra (quantidade exigida a ser apresentada como amostra/forma de apresentação do teste de conformidade): Será exigido uma unidade de cada item para análise;

4. Prazo para apresentação da amostra/realização do teste de conformidade: 5 (cinco) dias úteis, após a solicitação, a ser formulada durante a fase de classificação da proposta.

5. Especificações que serão analisadas (critérios objetivos de análise – roteiro de avaliação): Serão analisados os itens relacionados na especificação dos objetos: dimensão, bordas, tecido e acabamento antiderrapante para os itens 3 e 4, 5 e 6, 7 e 8; e, as dimensões regulagem de altura e material utilizado para os itens 1 e 2;

6. Servidor ou equipe responsável pela análise: Integrante da Seção de Ergonomia.

7. Local de entrega ou de realização do teste: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Torre I - Sala 508 – Mezanino - Divisão de Saúde Ocupacional.

8. Prazo para realização da análise pela unidade técnica: 3 (três) dias úteis;
9. Forma de devolução da amostra após análise: A amostra desclassificada poderá ser retirada após a homologação do processo, já, a amostra da licitante vencedora ficará retida até a entrega total do objeto licitado. Transcorridos 60 (sessenta) dias da notificação para a retirada das amostras, sem manifestação das licitantes, este Tribunal dará ao bem a finalidade que lhe convier.
10. Em respeito ao princípio da publicidade, a análise da amostra/teste de conformidade se dará com data e horário indicados pelo pregoeiro durante a sessão pública, para que os interessados possam acompanhar o procedimento.

**G) DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA UNIDADE REQUISITANTE:** Não se aplica.

**X. QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO FORMULÁRIO-PROPOSTA:**

- Item 1 – Descanso para os pés (ampla participação) - 600 unidades
- Item 2 – Descanso para os pés (cota reservada ME/EPPs) - 200 unidades
- Item 3 - Apoio de mouse (ampla participação) - 2.250 unidades
- Item 4 – Apoio de mouse (cota reservada ME/EPPs) - 750 unidades
- Item 5 - Apoio de teclado (ampla participação) - 2.250 unidades
- Item 6 - Apoio de teclado (cota reservada ME/EPPs) - 750 unidades
- Item 7 - Apoio de antebraço (ampla participação) – 4.500unidades
- Item 8 - Apoio de antebraço (cota reservada ME/EPPs) – 1.500 unidades

**1) APLICAÇÃO DO ART. 48, I OU III DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 (COTAS/PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP):**

(x ) Não há óbice à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte e, caso aplicável, à divisão do(s) item(ns) em cota reservada para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

**2) JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES:**

**2.1) Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?**

A quantidade de acessórios a ser adquirida foi estimada contemplando o histórico de demandas nos últimos anos, a demanda reprimida devido às análises ergonômicas realizadas nas comarcas do estado em 2025, bem como a previsão de continuidade na execução dos serviços de avaliação e adequação ergonômica dos postos de trabalho das unidades do PJSC.

<b>Item</b>	<b>Quantitativo estimado a ser adquirido (unidade)</b>
Descanso para os pés	<b>800</b>
Apoio de mouse	<b>3000</b>
Apoio de teclado	<b>3000</b>
Apoio de antebraço	<b>6000</b>

## 2.2) Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

Histórico dos quantitativos entregues em acessórios ergonômicos:

<b>Ano</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>Média de consumo</b>	<b>2026 (Quantitativo estimado)</b>
Descanso para os pés (unidade)	303	150	200	300	177	115	207,5	800
Apoio de mouse (unidade)	334	147	98	1.102	360	1.425	577,5	3000
Apoio de teclado (unidade)	243	98	82	887	304	1.403	502,8	3000
Apoio de antebraço (unidade)	1.116	462	157	1.439	613	4.442	1.371,5	6000

Vale ressaltar que, em períodos anteriores, os itens eram adquiridos por meio de dispensa de licitação, em razão do baixo valor. Todavia, diante da continuidade das avaliações e adequações de postos de trabalho, bem como o aumento da demanda anual pelos acessórios ergonômicos, a contratação direta passou a não atender de forma adequada às necessidades da Administração. Nesse contexto, a realização de pregão mostra-se mais apropriada, por possibilitar maior competitividade entre os fornecedores, potencial obtenção de propostas mais vantajosas e melhor planejamento das aquisições, garantindo maior eficiência no atendimento da demanda institucional.

**2.3) Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no Planejamento Estratégico Institucional ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?**

Considerando as diretrizes estratégicas do Poder Judiciário catarinense, que destacam a crescente preocupação com a produtividade, saúde e qualidade de vida de seus colaboradores, além do fortalecimento das iniciativas e normatizações de saúde e segurança do trabalho pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há expectativa de aumento da demanda do acessório ergonômico.

**XI. MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico

**XII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço

**XIII. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:**

**XIII.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens?**

A adjudicação ocorrerá por item.

**XIII.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução?**

Não se aplica.

**XIV. PRAZOS**

a) De execução: 12 (doze) meses, a contar do recebimento da primeira autorização de fornecimento pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante termo aditivo, e se houver interesse das partes;

b) Da entrega do produto: 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota de Empenho;

c) De garantia dos produtos: serão garantidos contra eventuais defeitos e/ou vícios de acordo com o seguinte prazo mínimo de 90 dias, contados do recebimento provisório, sem prejuízo dos prazos decorrentes do art. 26 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Prevalecerá a garantia por tempo superior, na hipótese de o fabricante ou a CONTRATADA a oferecer;

c)1. Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se quando ficar evidenciado o vício.

d) Da prestação da assistência técnica: 20 (vinte) dias a partir da comunicação;

e) De substituição dos produtos fornecidos em desacordo com o edital: 20 (vinte) dias, a partir da notificação.



## **XV. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO**

a) A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

b) O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este PJSC o direito de extinguir o instrumento contratual a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

c) O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção ou sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

d) Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

## **ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

### **ITENS 1 E 2 - DESCANSO PARA OS PÉS**

**I - CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Apoio de pé, na cor preta ou cinza, com regulagem de altura e de inclinação da plataforma, sem abas laterais ou obstáculos que impeçam a abertura dos pés do usuário e dotada de revestimento antiderrapante.

### **II - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS MÍNIMAS:**

a) O mecanismo de regulagem da altura deve permitir ajuste no mínimo em 5 (cinco) alturas distintas entre 80 mm e 135 mm de altura;

b) Deverá possibilitar o ajuste de inclinação da plataforma, independente do ajuste de altura, sendo que o sistema de ajuste de inclinação da plataforma deve permitir manter a inclinação móvel para o movimento de flexão/extensão dos pés;

- c) Estrutura metálica com acabamento em pintura eletroforética ou zincada ou em liga de alumínio com base antiderrapante e colada;
- d) A plataforma deve ser fabricada em plástico INJETADO de alta resistência ao impacto e deformação (ABS/Polipropileno) com detalhe antiderrapante, com largura de 300mm a 330mm, com comprimento de 420mm a 480mm; e com espessura acima de 2 mm, com regulagem angular entre 30mm e acima de 120mm;
- e) Os materiais deverão ser acondicionados em caixa de papelão individual, resistente que permita empilhamento. Cada caixa deverá possuir etiqueta com códigos de barras do produto e identificação do nome do material e fornecedor.
- f) Marcas e modelos de referência:
- 1) Digitador – AP 436
  - 2) Air Micro - Cód. 1013

### **ITENS 3 E 4 - BASE PARA “MOUSE” COM APOIO DE PUNHO:**

**I - CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Base para mouse com apoio de punho, confeccionado em espuma, tecido 100% poliéster e material antiderrapante, formato “grão de feijão”, na cor preta, padrão Tribunal de Justiça.

#### **II - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS MÍNIMAS:**

- a) Almofada para apoio do punho em espuma de poliuretano flexível e base de polioli tipo éter, expandida em bloco, autoextinguível, porosa e com densidade entre 28 e 31Kg/m<sup>3</sup>;
- b) Espuma e base revestidos em tecido 100% poliéster na face superior e acabamento antiderrapante na face inferior do produto, em material reciclável, colada por método térmico;
- c) Área de apoio de punho e área para deslizamento do mouse composta em uma única peça, sem bordas (sem ângulos retos);
- d) Comprimento total entre 265mm e 285mm (medida a.);
- e) Área de apoio de punho: largura entre 145mm e 155 mm (medida b.); comprimento: entre 70mm e 90mm (medida c.); espessura entre 14mm e 18mm (medida d.);
- f) Área de deslizamento do mouse: comprimento entre 170mm e 195mm (medida e.); largura entre 180mm e 200mm (medida f.); espessura entre 4mm e 8mm (medida g.);
- g) Acondicionados individualmente em embalagem plástica transparente contendo

etiqueta com códigos de barras do produto, embalados em caixas de papelão que suportem empilhamento, contendo a identificação do material e seu respectivo quantitativo;

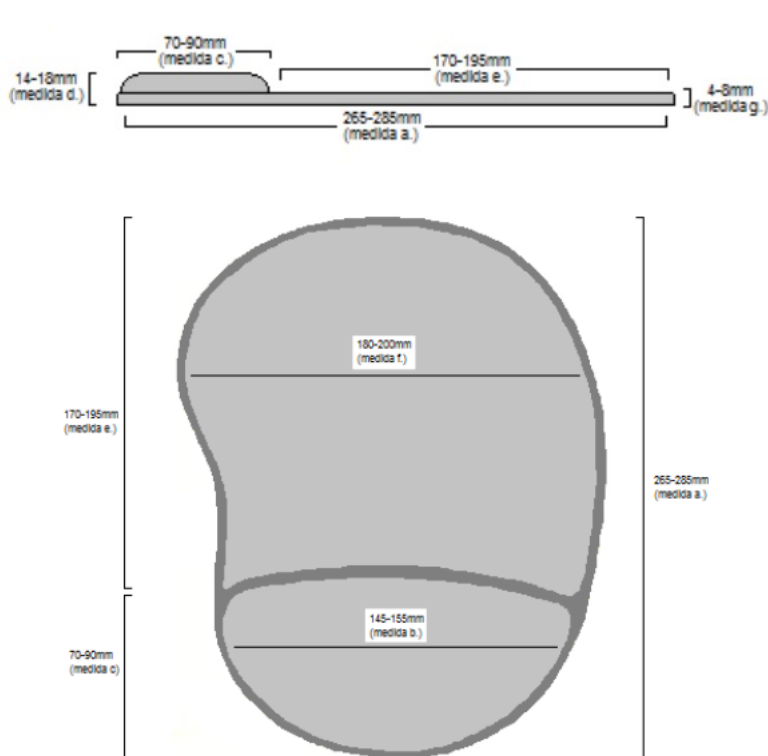
h) Modelo padrão do Tribunal de Justiça, conforme estabelece o Edital, no qual a licitante vencedora deverá apresentar a prova gráfica, com amostra prévia para aprovação, com a seguinte impressão na cor branca, fontearial, tamanho 12, na parte superior da área de deslizamento do mouse: PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA - Divisão de Saúde Ocupacional - Seção de Ergonomia - [dsqv.ergonomia@tjsc.jus.br](mailto:dsqv.ergonomia@tjsc.jus.br).

i) Marca e modelo de referência: Marca Digitador, Modelo MS 804.

### Imagem meramente ilustrativa:



### Desenho de referência:



## **ITENS 5 E 6 - BASE PARA TECLADO COM APOIO DE PUNHO:**

**I - CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Base para teclado com apoio de punho, confeccionado em espuma, tecido 100% poliéster e material antiderrapante, na cor preta, padrão Tribunal de Justiça.

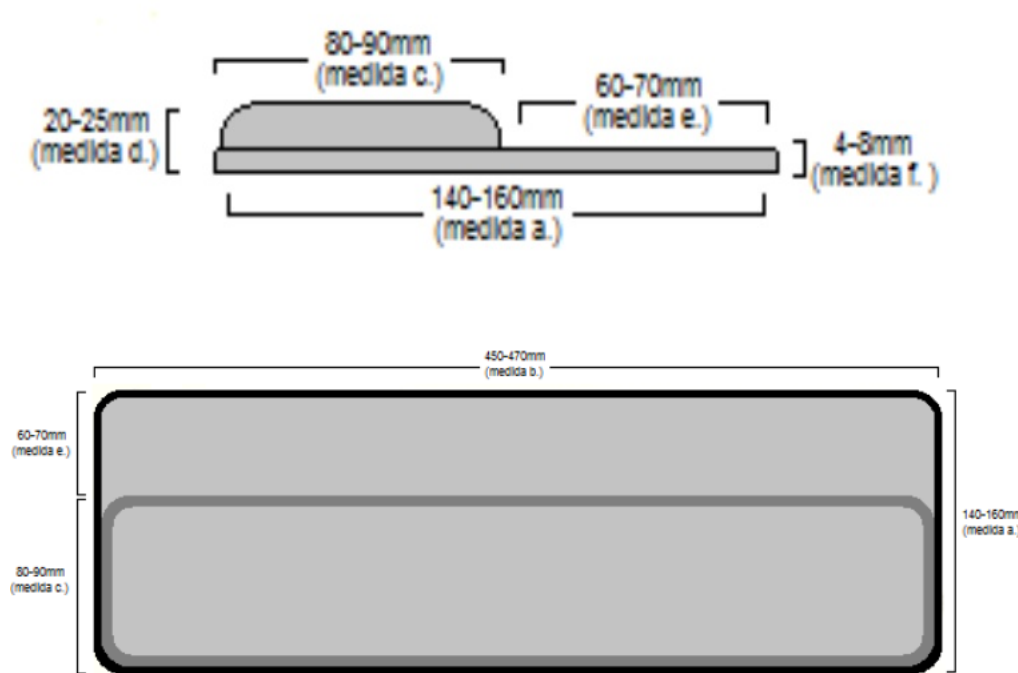
### **II - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS MÍNIMAS:**

- a) Almofada em espuma de poliuretano flexível e base de polioli tipo éter, expandida em bloco, auto extingüível, porosa e com densidade entre 28 e 31Kg/m<sup>3</sup>;
- b) Espuma e manta revestidas em tecido 100% poliéster na face superior e acabamento antiderrapante na face inferior do produto, em material reciclável, colada por método térmico;
- c) Área de apoio de punho e área para apoio do teclado compondo uma única peça sem bordas (sem ângulos retos);
- d) Largura total entre 140mm e 160mm (medida a.);
- e) Área de apoio de punho: comprimento entre 450mm e 470mm (medida b.); largura entre 80mm e 90mm (medida c.); espessura entre 20mm e 25mm (medida d.);
- f) Manta antiderrapante com comprimento entre 450mm e 470mm (medida b.); largura entre 60mm e 70mm (medida e.); espessura entre 4mm e 8mm (medida f.);
- g) Acondicionados individualmente em embalagem plástica transparente contendo etiqueta com códigos de barras do produto, embalados em caixas de papelão que suportem empilhamento, contendo a identificação do material e seu respectivo quantitativo;
- h) Modelo padrão do Tribunal de Justiça, conforme estabelece o Edital, no qual a licitante vencedora deverá apresentar a prova gráfica, com amostra prévia para aprovação, com a seguinte impressão na cor branca, fonte arial, tamanho 12, na parte central da área do apoio do punho: PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA - Divisão de Saúde Ocupacional - Seção de Ergonomia - [dsqv.ergonomia@tjsc.jus.br](mailto:dsqv.ergonomia@tjsc.jus.br)
- i) Marca e modelo de referência: Marca Digitador, Modelo KS 605.

### **Imagem meramente ilustrativa:**



### **Desenho de referência:**



## ITENS 7 E 8 - APOIO DE ANTEBRAÇO:

**I - CARACTERÍSTICAS GERAIS:** Apoiador de antebraço/quebra quina em poliuretano injetado na cor preta, antiderrapante. Equipamento que deve ser posicionado à quina de mesas de trabalho por meio de sobreposição, proporcionando um apoio de textura macia, possibilitando a absorção de impactos e pressão. Não é admissível usar-se parafusos ou roscas para fixação. Todo na cor preta, padrão Tribunal de Justiça.

## II - CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS MÍNIMAS E MÁXIMAS:

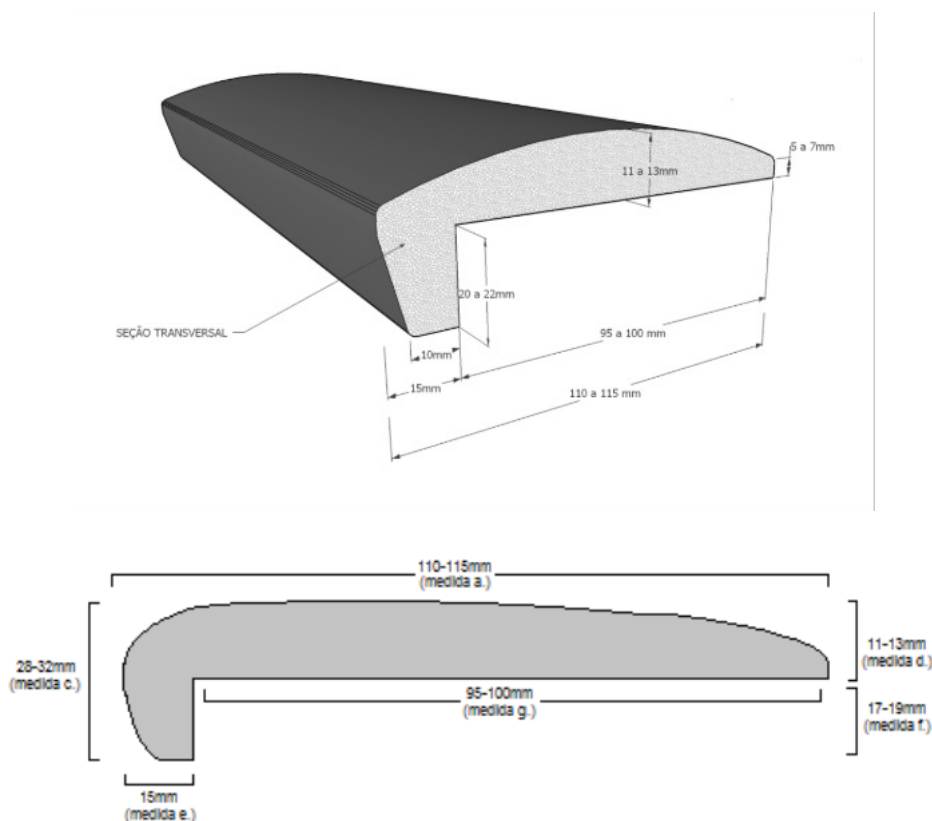
- Composição: fabricado em poliuretano injetado com densidade entre 130 Kg/m<sup>3</sup> e 170 Kg/m<sup>3</sup>, superfície superior lisa e base com material antiderrapante;
- Largura total entre 110mm e 115mm (medida a.), comprimento entre 240mm e 250mm (medida b.); altura frontal entre 28mm e 32mm (medida c.); espessura superior do apoio do antebraço de 11mm e 13mm (medida d.); espessura frontal com aproximadamente 15mm (medida e.); altura interna entre 17mm e 19mm (medida f.); largura interna de apoio entre 95mm e 100mm (medida g.) dimensões conforme desenho;
- Acondicionados individualmente em embalagem plástica transparente contendo etiqueta com códigos de barras do produto, embalados em caixas de papelão que suportem empilhamento, contendo a identificação do material e seu respectivo quantitativo.

d) Marca e modelo de referência: Marca Digitador, Modelo AA 801.

**Imagem meramente ilustrativa:**



**Desenho de referência:**



Informações em cumprimento à Lei Estadual 17.983, de 19.8.2020, estão disponíveis para consulta no QRCode:



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona, Diretor**, em 19/06/2026, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10810650** e o código CRC **ED57CBCD**.

0021585-64.2026.8.24.0710

10810650v2